

Jornalismo como lugar de memória: Análise da cobertura jornalística da demolição de imóvel associado ao DOPS/ES no período da Ditadura Militar

Journalism as a site of memory: Analysis of the media coverage of
the demolition of a property associated with the DOPS/ES during
the Military Dictatorship

Nicolly Barbosa Credi-Dio¹
Rafael da Silva Paes Henriques²

Resumo

A partir da compreensão do jornalismo enquanto lugar de memória (Nora, 1993), este estudo buscou investigar se e como os veículos jornalísticos do Espírito Santo reportam acontecimentos relacionados à Ditadura Militar na contemporaneidade. Para isso, foi realizada uma análise de matérias jornalísticas sobre um imóvel localizado em Guarapari, conhecido como "Casarão de Cláudio Guerra". Com o apoio metodológico da Análise de Conteúdo, buscou-se produzir uma reflexão sobre a contribuição da atividade jornalística para preservação da memória da resistência ao regime militar para a posteridade. Como resultado, encontrou-se apenas quatro materiais produzidos por veículos da imprensa que mencionam a propriedade, entre esses, apenas dois tratam da suspeita de utilização indevida do imóvel durante o regime militar.

Palavras-chave: Jornalismo. Ditadura Militar. Análise de Conteúdo.

Abstract

Based on the understanding of journalism as a site of memory (Nora, 1993), this study sought to investigate whether and how media outlets in Espírito Santo, Brazil, report on events related to the Military Dictatorship in contemporary times. To this end, an analysis was conducted of news articles about a property located in Guarapari known as the "Casarão de Cláudio Guerra". Using Content Analysis as the methodological approach, the study aimed to reflect on the contribution of journalistic activity to the preservation of the memory of resistance to the military regime in Brazil for posterity. The results revealed that only four journalistic pieces produced by the local media mentioned the property. Among them, just two discussed the suspicion of the property's misuse during the military regime.

Keywords: Journalism. Military Dictatorship. Content Analysis.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), jornalista pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista CAPES. E-mail: nicollycredidio@gmail.com

² Pós-doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Comunicação e Saúde (Ufes). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor no Depto. de Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: rafael.henriques@ufes.br

Introdução

A Ditadura Militar brasileira perdurou por 21 anos e, embora o regime tenha chegado ao fim em 1985, constitui até os dias atuais “um período de disputas e construções memoriais que se lançam na historiografia com narrativas que trazem versões distintas sobre o tempo e o contexto narrados” (Barbosa; Rêgo, 2023, p. 73). Nesse cenário de disputas, o jornalismo teve e ainda tem papel central, ao atuar como produtor de memória social. Isso pois, “ao selecionar temas que devem ser lembrados e ao esquecer outros, [os jornalistas] produzem, a partir de critérios altamente subjetivos, uma espécie de classificação de mundo para o leitor” (Barbosa, 2004, p. 1-2).

Contudo, no contexto ditatorial, esse exercício foi dificultado pela censura, repressão e outros dispositivos legais, como a anistia. Ao isentar os agentes do Estado de qualquer punição por crimes cometidos, a Lei nº 6.683/79, conhecida como Lei de Anistia, criou um obstáculo significativo na luta por memória e justiça pelas vítimas do regime. Esse processo de ocultação e silenciamento foi especialmente evidenciado pelos desaparecimentos forçados de militantes de oposição.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), o desaparecimento forçado foi realizado tanto em detenções oficialmente reconhecidas, quanto em espaços clandestinos, que funcionavam sob o comando direto do regime, com autorização, apoio e consentimento do Estado. A manutenção desses espaços não oficiais fazia parte de uma estratégia articulada por militares com a finalidade de exterminar grupos opositores. Conforme dados levantados pela Comissão, pelo menos sete imóveis foram usados pelo aparato militar como centros clandestinos durante os anos da ditadura. A lista inclui: (1) a Casa da Morte, em Petrópolis, Rio de Janeiro; (2) a Fazenda 31 de Março, situada na cidade de São Paulo; (3) a Casa Azul, em Marabá, no Pará; (4) a Casa da Renascença, em Belo Horizonte, Minas Gerais; (5) a Casa de Itapevi, que recebe o nome da cidade onde está situada, na Região Metropolitana de São Paulo; (6) a Casa do Ipiranga e (7) a Casa de São Conrado, ambas no estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista esse panorama histórico, o presente estudo propõe-se a investigar, por meio da Análise de Conteúdo, se e como os veículos da imprensa capixaba reportam eventos ligados ao regime na contemporaneidade; e de que forma o jornalismo capixaba reportou a demolição de uma possível detenção não reconhecida oficialmente: o “Casarão de Cláudio Guerra”.

O imóvel, que ficava situado no bairro Itapebussu, em Guarapari, município que integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)³, no estado do Espírito Santo, pertenceu a Cláudio Guerra, ex-delegado lotado no DOPS/ES. A antiga propriedade – de “um dos mais sanguinários policiais da ditadura civil-militar brasileira” (Rubert, 2013, p. 459) – permaneceu abandonada por décadas antes de ser demolida em 2021. Contudo, a memória associada ao seu antigo proprietário ganhou novos desdobramentos. A denúncia contra Cláudio Guerra foi apresentada em julho de 2019 pelo Ministério Público Federal em Campos dos Goytacazes, e teve como base os relatos de Guerra no livro *Memórias de uma guerra suja*. Na obra, o ex-coronel confessou ter recolhido os corpos de 12 militantes políticos⁴ entre 1973 e 1975, transportando-os de centros de repressão, como a “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), e o DOI-Codi, no Rio de Janeiro, para serem incinerados na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes. Em 2023, 38 anos após o fim da Ditadura Militar, a Justiça Federal de Campos dos Goytacazes condenou Cláudio Guerra a sete anos de prisão, em regime semiaberto, pelo crime de ocultação de cadáver (Governo Federal, 2023).

Figura 1 – Casarão de Cláudio Guerra



Fonte: César Ivan Pinheiro, 2015. Arquivo pessoal.

³ A RMGV foi instituída em 1995 e, após sofrer modificações, hoje engloba os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória e Guarapari, que só entrou para o grupo de cidades da região metropolitana no ano de 1999.

⁴ Conforme apontou a investigação, as vítimas estavam na lista de 136 pessoas consideradas desaparecidas durante a Ditadura pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). (Governo Federal, 2023).

Ao longo dos anos, o imóvel abandonado despertou a curiosidade da população e, diante da ausência de uma versão oficial, inúmeras foram as histórias atribuídas a ele, entre elas, destaca-se a da possível utilização do espaço para ocultação de cadáveres durante o período da Ditadura Militar. Contudo, é importante salientar que não se tem conhecimento de evidências que comprovem essa versão.

Nesse sentido, é importante delimitar que o presente artigo visa analisar este caso a partir da perspectiva comunicacional, o que significa dizer que o problema de investigação que move este estudo não é a utilização do imóvel durante o regime militar em si, mas o que e como o jornalismo escolheu comunicar ou não a respeito dessa propriedade, tendo em vista a importância do imóvel para a historiografia local e o papel do jornalismo na construção e preservação da memória coletiva.

A importância do estudo justifica-se pelo fato de que a escolha dos veículos jornalísticos de comunicar ou não sobre determinado evento possui implicações que não podem ser desconsideradas, sobretudo quando se refere ao contexto de “uma ditadura que deixou marcas e sequelas inomináveis, mas que cinquenta anos depois parece ter se refugiado nas profundezas do esquecimento” (Barbosa; Rêgo, 2023, p. 84).

Dessa maneira, a pesquisa visa contribuir para o entendimento de como o jornalismo pode desafiar ou reproduzir pactos de silêncio, influenciando a preservação da memória da resistência ao regime militar para a posteridade.

Portanto, este artigo conecta-se aos estudos de Jornalismo e Memória, uma vez que investiga como a imprensa influencia a forma como lembramos (ou esquecemos) os fatos, revelando as disputas narrativas em torno da história da Ditadura Militar e ressaltando o papel central do jornalismo na preservação da memória histórica, especialmente em contextos de silenciamento sistemático.

Jornalismo e memória

A questão de investigação que orienta o presente artigo está alicerçada na concepção do jornalismo enquanto lugar de memória (Nora, 1993). O conceito de lugar de memória, instituído por Pierre Nora (1993), surge da observação do historiador francês de que a aceleração da história produz, cada vez mais rapidamente, um passado morto. Com isso, as memórias, que asseguravam a conservação e transmissão de valores, perdem lugar nas sociedades modernas e surge a necessidade de criarem-se lugares de memória.

Como enfatiza o autor, os lugares de memória existem exclusivamente a partir da necessidade de resguardar lembranças que já não são socialmente preservadas, posto que a necessidade de memória é uma necessidade da história (Nora, 1993). De acordo com o autor, é isso que constitui os lugares de memória: momentos antes arrancados do movimento da história que lhe são devolvidos.

Embora não cite diretamente o jornalismo em sua obra, como faz com os museus, arquivos, processos verbais e monumentos, por exemplo, assume-se, a partir da definição apresentada pelo autor, que o jornal pode configurar um lugar de memória, posto que registra acontecimentos e garante a sua preservação para a posteridade. Nesse sentido, Ribeiro (2013 *apud* Maduell, 2015, p. 34) argumenta que “a mídia possui uma legitimidade socialmente reconhecida. É considerada porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação social e, como registro da realidade, possui certa aura”.

Para Barbosa (2004), a autoridade concedida ao jornalismo decorre de sua capacidade de produzir, por meio das palavras, uma representação da realidade que seja simultaneamente conhecida e reconhecida. Essa habilidade de falar sobre a realidade, construindo representações legitimadas pela sociedade, está intrinsecamente ligada ao poder de nomeação. A língua e aqueles que detêm esse poder tornam-se suportes privilegiados do exercício de poder, consolidando a influência dos meios de comunicação na construção das narrativas sociais.

Para Barbosa (2004), a construção dessas narrativas se dá por meio da constituição do acontecimento jornalístico. Nesse processo, o jornalista transpõe o fato do lugar da normalidade para o da anormalidade, conferindo-lhe relevância e transformando-o em um acontecimento digno de notícia. Essa construção é seletiva, baseada tanto no pressuposto de que os leitores gostariam de saber quanto nos critérios editoriais. Assim, ao definir quais aspectos da realidade serão destacados e como serão apresentados, o jornalista não apenas cria uma memória da atualidade, mas também estabelece critérios subjetivos que refletem relações de poder.

Desse modo, os jornalistas consolidam sua influência como mediadores da memória coletiva, exercendo o papel de “senhores da memória” na sociedade (Barbosa, 2004). Eles produzem, a partir de critérios próprios, uma espécie de classificação do mundo, ao selecionar os eventos que merecem ser destacados e moldar a forma como serão lembrados. Ao realizar essa mediação, os meios de comunicação não apenas organizam o que será mantido vivo na memória coletiva, mas também influenciam quais narrativas que sustentam identidades,

valores e perspectivas culturais terão espaço na história. Em outras palavras, o jornalismo não produz apenas memória, mas também esquecimento.

Assim, ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao valorizar elementos em detrimento de outros, a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrando e o que precisa ser esquecido (Barbosa, 2004, p. 4).

Essa capacidade do jornalismo de reconfigurar o passado torna-se compreensível a partir da concepção de Halbwachs (2004) de memória coletiva. De acordo com o autor, a memória individual não existe isoladamente, mas está intrinsecamente ligada aos grupos sociais dos quais o indivíduo faz parte. Sob essa perspectiva, a memória coletiva é resultado da interação entre as lembranças individuais e o contexto social em que elas são evocadas. Os grupos sociais fornecem estruturas, normas e referências que moldam a forma como as memórias são organizadas, preservadas e compartilhadas. Ou seja, a memória coletiva é moldada pelas necessidades e circunstâncias dos grupos, que escolhem lembrar certos eventos e esquecer outros com a finalidade de sustentar uma narrativa que apoie sua autocompreensão e legitimidade (Halbwachs, 2004).

A partir da compreensão de que os meios de comunicação desempenham um papel central na mediação da memória coletiva, busca-se compreender quais valores, interesses e narrativas influenciam o processo de definição do que será lembrado ou esquecido pelo jornalismo. Assim, pretende-se identificar de que forma os critérios editoriais estão atrelados às dinâmicas de poder e como influenciam na consolidação de versões específicas da realidade, legitimando determinadas perspectivas em detrimento de outras.

Os enquadramentos da memória

A partir dessa constatação teórica preliminar, é possível afirmar que o jornalismo desempenha um importante papel social, uma vez que é responsável pela seleção dos acontecimentos cuja memória será registrada. Mas quais são os fatores que determinam quais acontecimentos possuem relevância o bastante para tornarem-se notícia?

De acordo com Wolf, a resposta para essa questão encontra-se nos critérios de noticiabilidade: “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos dentre os quais há que selecionar as notícias” (Wolf, 2003, p. 195). O autor compreende os valores-notícia como critérios substantivos, que tratam

da avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia e são relativos ao produto, ao meio de comunicação, ao público e à concorrência.

O sociólogo e teórico cultural Stuart Hall e seus colegas propõem outra análise para essa questão. Sob a perspectiva dos autores, as notícias são “o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (Hall *et al.*, 1993, p. 224).

Segundo Hall *et al* (1993), entre essas categorias destacam-se: (1) a organização burocrática da mídia que produz notícias em tipos específicos de categorias; (2) a estruturação dos valores-notícia, que orienta a seleção e classificação dos acontecimentos dentro dessas categorias; e (3) a identificação e contextualização dos fatos significativos em mapas culturais de significado. Sob essa ótica, o jornalismo produz, além dos relatos propriamente ditos, interpretações acerca dos fatos que relata.

Os autores acrescentam ainda que as condições da produção jornalística também influem sobre as notícias. Isso porque a constante pressão por celeridade e as exigências por imparcialidade e objetividade feitas aos profissionais do jornalismo concedem àqueles que detêm posições institucionalizadas um papel decisivo na escolha dos acontecimentos que serão noticiados. Por esse motivo, “a mídia não cria autonomamente as notícias; melhor, estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e críveis” (Hall *et al.*, 1993, p. 228). Tal aspecto transforma essas figuras detentoras de poder em definidores primários da matéria jornalística e os jornalistas, por sua vez, em definidores secundários (Hall *et al.*, 1993). De modo que os definidores primários tendem a comandar a interpretação das notícias, estabelecendo parâmetros de referência de cobertura de um acontecimento, e os definidores secundários se limitam à função de reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado.

Sob essa perspectiva, o jornalismo tende a reproduzir a estrutura de poder vigente na sociedade, de modo a contribuir para a hegemonia ideológica, mesmo que não de forma conspiratória. Em sua obra, o autor destaca que, embora de forma inconsciente e involuntária, “os media têm-se transformado efetivamente num aparelho do próprio processo de controle – um aparelho ideológico de Estado” (Hall *et al.*, 1993, p. 248).

Para Genro Filho (1987), o próprio processo de selecionar os fatos que serão noticiados, em detrimento de outros, denota a utilização do jornalismo a serviço da ideologia dominante, ainda que os critérios adotados sejam supostamente objetivos. Segundo o autor, para que o jornalismo seja capaz de construir conhecimento sobre a realidade, não basta que

apresente a singularidade dos fatos. É necessário contextualizar e explicar ao público as suas condições de existência, ou seja, é preciso tratar também do particular. Ao fazê-lo, o jornalista retoma acontecimentos passados para construir sentidos sobre como o mundo funciona. Mesmo quando não realiza esse esforço de contextualização, o jornalismo acaba sempre projetando alguma particularidade ou ainda pressupondo o particular desde o qual interpreta a singularidade.

A partir do repertório teórico apresentado, é possível afirmar que o jornalismo está constantemente selecionando tanto os fatos que serão fixados na memória, como o modo como esses fatos serão lembrados. Tendo em vista que as escolhas envolvidas no processo de produção do conteúdo jornalístico impactam na memória que se constrói sobre o passado, o presente estudo se propõe a investigar o que as notícias sobre um evento de interesse histórico dizem sobre os critérios adotados pelos veículos, os enquadramentos escolhidos e a memória que se produz hoje sobre o período da Ditadura Militar no Brasil e, mais especificamente, no Espírito Santo. Isso pois, como apontam Barbosa e Rêgo (2023, p. 87), “é preciso ter em mente, sempre, que o esquecimento pode ser fatal para um país que, vez por outra, faz da política do esquecimento uma tática para produzir uma história reinventada a partir de interesses particulares”.

Análise da cobertura

O método de investigação aplicado é a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e Herscovitz (2010). A escolha da estratégia metodológica se deve à possibilidade de utilizar a análise de conteúdo “para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (Herscovitz, 2010, p. 123), de modo a contribuir para a compreensão de fenômenos sociais a partir dos registros feitos pelos media. Portanto, conforme a estrutura proposta por Bardin (1977), a análise seguiu as etapas de (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento e interpretação dos dados.

Durante a etapa de pré-análise, a amostra foi definida por meio de um levantamento dos conteúdos jornalísticos que incluíssem os termos “Casarão de Cláudio Guerra”; “Imóvel Cláudio Guerra” ou “Cláudio Guerra Guarapari”. Para tal, utilizou-se o mecanismo de pesquisa do Google, sem um período pré-fixado. No entanto, reconhece-se que esse método apresenta limitações, posto que os mecanismos de busca *on-line* podem não localizar todas as matérias publicadas sobre o tema, seja por questões relacionadas a algoritmos de indexação, seja por

restrições de acesso a arquivos jornalísticos completos ou a formatos específicos, como reportagens televisivas e impressas não digitalizadas.

Desse modo, a amostra identificada, composta por quatro itens que irão compor o corpus deste estudo, reflete apenas os resultados visíveis e acessíveis no momento da pesquisa, não permitindo afirmar categoricamente que esse número representa a totalidade de publicações sobre o tema. Assim, as conclusões quantitativas sobre a cobertura jornalística da demolição do “Casarão de Cláudio Guerra” devem ser interpretadas com cautela, considerando a possibilidade de lacunas no levantamento.

Ademais, a análise incluiu diferentes formatos de cobertura – como notícias *on-line* e publicações em redes sociais – que possuem contextos e características distintas. Diante disso, ressalta-se que a metodologia adotada não se propôs a diferenciar ou aprofundar as particularidades de cada formato, mas sim a identificar tendências gerais no tratamento jornalístico do tema. Tendo em vista as limitações metodológicas, apresentam-se os elementos do *corpus*, que foram codificados da seguinte maneira:

- (a) Reportagem televisiva veiculada pela *TV Guarapari* na edição do dia 13 de agosto de 2015 do Jornal Guarapari. A chamada da matéria, que tem 2 minutos e 53 segundos de duração, é “Grupo ligado à cultura quer transformar Casarão Cláudio Guerra”⁵.
- (b) Reportagem televisiva veiculada pela mesma emissora local, a *TV Guarapari*, na edição do dia 24 de fevereiro de 2018, do Jornal Guarapari. Essa matéria, que tem como chamada “Transtornos: Moradores cobram solução para Casarão abandonado no Itapebussu”, possui duração de 1 minuto e 48 segundos⁶.
- (c) Notícia veiculada pelo veículo *Agência Congresso* no dia 22 de março de 2021, que tem como título “Demolido em Guarapari casarão que serviu clandestinamente ao Dops”⁷.
- (d) Publicação no Facebook feita pelo veículo *ES em Foco* no dia 12 de abril de 2021. O post inclui um vídeo com 20 segundos de duração e uma legenda de 262 caracteres⁸.

Devidamente codificados, seguiu-se para a análise do conteúdo. A unidade de registro selecionada neste estudo foi a temática, que consiste em “descobrir os 'núcleos de

⁵ Originalmente, a matéria foi disponibilizada virtualmente no link: <https://www.tvguarapari.com/grupo-ligado-a-cultura-quer-transformar-casarao-claudio-guerra/>, mas não encontra-se mais disponível na página. Diante disso, foi feito contato com o veículo, que disponibilizou o arquivo do videotape. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1goBvxK24IDamfUseUFQXZ2k3STuz1z8B/view?usp=sharing>.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1771270652919197>. Acesso em: 19 ago. 2025.

⁷ Disponível em: <https://www.agenciacongresso.com.br/demolido-em-guarapari-casarao-que-serviu-clandestinamente-ao-dops>. Acesso em: 19 ago. 2025.

⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/esemfoco1/videos/291729665854215/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

sentido' que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido" (Bardin, 1977, p. 135).

Desse modo, para possibilitar a identificação dos núcleos de sentido, os textos dos elementos da amostra foram transcritos na íntegra e analisados individualmente, a fim de assinalar a presença e a frequência de aparição dos seguintes termos: "Ditadura Militar", "Crimes", "Mortes" e "DOPS".

Seguindo a ordem cronológica, o primeiro conteúdo a que se tem acesso – que menciona o "Casarão de Cláudio Guerra" – é uma reportagem que compôs a edição do dia 13 de agosto de 2015, do Jornal Guarapari. O telejornal integra a grade de programação da *TV Guarapari*, uma emissora de programação regional que opera no canal 9.1 na localidade de Guarapari, região Sul do Espírito Santo e Grande Vitória.

A partir da análise, observa-se que a reportagem se inicia com a apresentação do imóvel em termos materiais. Ele é localizado espacialmente e são descritos os sinais de abandono da estrutura. Posteriormente, o VT trata das consequências do abandono da estrutura, que "chama à atenção de usuários de drogas", para a comunidade. Após a fala de um entrevistado que reforça, por meio de relato, que o imóvel representa uma ameaça à segurança dos moradores do bairro, a reportagem chega ao ponto central: a proposição de utilização da casa abandonada como centro cultural.

Só então, a reportagem introduz quem é Cláudio Guerra, figura que dá nome ao imóvel, e qual foi a sua atuação no período da Ditadura Militar. Nesse ponto, são citados os crimes pelos quais o ex-delegado era acusado à época da produção da matéria. Nota-se, entretanto, que a menção à utilização do imóvel durante o período do regime é feita apenas pelo entrevistado e a matéria não se prolonga no assunto.

Dos termos delimitados, verificou-se apenas a aparição de "Ditadura Militar" e "DOPS", embora tanto os crimes quanto as mortes pelos quais Cláudio Guerra é acusado tenham sido mencionados apenas na sonora, sem que se tenha realizado muito esforço de reportagem no sentido de acrescentar ou confirmar nenhuma informação a respeito.

A análise, portanto, indica que a reportagem trata a história do imóvel como um elemento secundário, de menor importância. Ainda que essa não tenha sido uma decisão intencional, deve-se lembrar que ao escolher o enquadramento, isto é, a forma como a reportagem apresenta o assunto em pauta, escolhe-se também o que será fixado na história, e o que deve ser esquecido. Ademais, tendo em vista a teoria de Genro Filho (1987), é possível analisar ainda que, ao decidir por dar ênfase ao estado do imóvel no presente,

ocultando o que se tem a dizer sobre o passado, a reportagem se limita à singularidade dos fatos. Assim, produz um conhecimento restrito sobre a realidade, insuficiente para apresentar ao público as problemáticas que envolvem o “Casarão de Cláudio Guerra” e tiveram início antes mesmo de seu abandono.

Dando continuidade à análise da amostra, o segundo elemento também é uma reportagem televisiva veiculada pela mesma emissora local, na edição do dia 24 de fevereiro de 2018, do Jornal Guarapari. Ao analisar a reportagem, que dura 1 minuto e 48 segundos, verifica-se que, embora haja um intervalo de quase três anos em relação à anterior, essa matéria também trata da cobrança de moradores do bairro por uma solução para o imóvel abandonado.

Na abertura da reportagem, o “Casarão de Cláudio Guerra” é definido como “um problema antigo” para a comunidade, que lida com as consequências das “décadas de abandono e ausência de manutenção” do imóvel. Entretanto, nota-se que a reportagem não apresenta qualquer informação prévia que justifique essa afirmação ou apresente um histórico de queixas feitas pela comunidade. Apenas no encerramento da matéria, após o morador entrevistado sugerir a demolição da casa, é citado que “chegou a ser cogitada a implantação de um centro cultural” no local.

Outro fator que se observa tanto em *a* quanto em *b* é que, apesar de ambas as reportagens tratarem do estado do imóvel, nenhuma delas apresenta um possível motivo para o abandono da estrutura. Não se menciona, por exemplo, a quem o imóvel pertencia à época das reportagens, o que aponta que, embora se tratasse de uma propriedade privada, a casa era tratada como um problema da esfera pública. Prova disso é que, enquanto a repórter afirma que a comunidade aguarda por uma solução provisória até que “o Município decida o que será feito no local”, o morador entrevistado afirma que o imóvel “já foi vendido, já é de alguém”. Ou seja, há uma contradição nas informações apresentadas, o que indica a imprecisão da apuração.

Associado a isso, a reportagem não faz qualquer menção a quem foi Cláudio Guerra ou aos termos delimitados “Ditadura Militar”, “Crimes”, “Mortes” e “DOPS”. Isto significa que o passado não é visto como um fator determinante para a construção do cenário verificado no presente. Isso porque, retomando Halbwachs (2004), a memória é o que preserva o vínculo entre o passado e o presente e, neste caso, a memória associada se perdeu. Desse modo, o abandono do Casarão é retratado como um fato desconectado da historicidade.

Na sequência, analisou-se o terceiro elemento da amostra. A notícia, que tem como título "Demolido em Guarapari casarão que serviu clandestinamente ao Dops" foi veiculada pela *Agência Congresso*. Conforme o "Expediente" do site, o veículo *Agência Congresso* é um site independente, feito por jornalistas profissionais, especializado na cobertura do Congresso Nacional, Tribunais e Ministérios, cuja principal redação está localizada em Brasília.

Diferentemente dos elementos, *a* e *b*, este trata especificamente da demolição do imóvel. Embora a matéria não seja assinada, impossibilitando a identificação da autoria, apresenta um registro fotográfico do momento da demolição atribuído a Jorge Paulo. A presença da fotografia indica que o veículo, que não possui sede no Espírito Santo, possivelmente contou com correspondentes para a cobertura do acontecimento ou contou com a colaboração de leitores. Publicada no dia em que o imóvel foi demolido, a notícia é o conteúdo jornalístico mais antigo encontrado a respeito da demolição do Casarão.

Conforme aponta a presença dos índices referenciados "Ditadura Militar" e "DOPS", é possível notar que o texto apresenta não apenas quem foi Cláudio Guerra e qual foi sua atuação durante o regime militar, como também um histórico de uso do imóvel durante o período da Ditadura. Tal aspecto pode ser observado, em primeiro momento, no título da notícia, que afirma que o imóvel "serviu clandestinamente ao Dops" e, posteriormente, no lead, que informa que o Casarão foi "prisão ilegal e cassino nas décadas de 70 e 80".

Além disso, a notícia apresenta outras novas informações, que não foram apresentadas em *a* e *b*, como a informação de que "muitos presos foram interrogados no local"; que a casa "tinha três andares, sendo um no subsolo com uma passagem secreta" e ainda que "o imóvel chegou a ser usado por um ex-deputado estadual que mantinha no local um cassino-puteiro". Entretanto, a reportagem não apresenta a fonte dessas informações. O mesmo pode ser dito a respeito da informação dada no último parágrafo, no qual a matéria informa que "durante muitos anos a área ficou bloqueada pela justiça".

A única informação cuja fonte é identificada é a de que o imóvel teria sido demolido pelo novo proprietário. Segundo a matéria, isso teria sido informado pela empresa responsável pelo serviço de demolição, como é dito no trecho: "a demolição foi feita por uma empresa particular que não quis identificar quem comprou o imóvel".

A ausência de fontes não implica em afirmar que as informações apresentadas pela matéria são falsas, apesar disso, impede a presente análise de admiti-las como verdadeiras. Afinal, uma vez que não se sabe a origem da informação, não é possível checá-la.

Dito isso, segue-se para a análise do último elemento da amostra, identificado como *d*. Trata-se de uma publicação no Facebook feita pelo veículo *ES em Foco*. Em suas redes sociais, o veículo, que tem sede em Guarapari, se define como um “site de informação com foco no Espírito Santo” (*ES em Foco*, 2022).

O *post* a respeito da demolição do “Casarão de Cláudio Guerra” foi feito no dia 12 de abril de 2021, 21 dias após o acontecimento. A publicação inclui um vídeo com 20 segundos de duração, que mostra o terreno onde a casa ficava localizada, e a seguinte legenda: “Casa no Itapebussu, conhecida como casa de Cláudio Guerra, militar que residiu e fez muitos encontros no local foi demolida. A mansão também pertenceu ao jornalista Cid Moreira. O espaço está abandonado e tinha risco de desabamento”.

Ao analisar o texto, verifica-se a ausência de índices que associem o imóvel ao período da Ditadura Militar. Cláudio Guerra é identificado pela publicação apenas como “militar” e sua atuação durante o regime militar não é sequer mencionada. A nota cita ainda que o imóvel “pertenceu ao jornalista Cid Moreira” e que a estrutura “tinha risco de desabamento”, contudo, assim como em *c*, não foram informadas as fontes das informações.

Posto isso, segue-se para a interpretação dos dados. De acordo com Bardin (1977), a interpretação proposta pelo método de Análise de Conteúdo consiste em descobrir um sentido não explícito por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico. Este é o momento de confrontação entre teoria fundante, hipóteses e indicadores da pesquisa, que irá resultar em sínteses interpretativas.

As hipóteses levantadas na etapa de pré-análise foram: (1) Embora o imóvel estivesse localizado em um município da Região Metropolitana da Grande Vitória e possuísse relevância em âmbito nacional, posto que estava relacionado ao período da Ditadura Militar, a demolição do imóvel foi tratada como um evento de importância local, desconectado de seu contexto histórico e, por isso, não foi amplamente noticiada por veículos da imprensa capixaba; (2) As matérias não mencionam a suspeita manifestada por moradores da região de que, possivelmente, o imóvel tenha sido utilizado de maneira clandestina pelo aparato repressivo durante o regime militar.

A respeito da primeira hipótese, destaca-se o fato de que a amostra é composta por apenas quatro elementos, o que por si só constitui um fator significativo para o estudo de noticiabilidade do caso. Ou seja, o tamanho da amostra contribui para a compreensão de que a existência do “Casarão de Cláudio Guerra”, assim como a sua demolição, não foram amplamente noticiadas.

Ademais, a análise verificou que, entre as quatro matérias localizadas, duas foram veiculadas por uma emissora regional que opera em Guarapari, região Sul do Espírito Santo e Grande Vitória, a *TV Guarapari*; uma foi publicada por um site de notícias, com sede em Brasília, que cobre acontecimentos em todo o território nacional; e uma foi postada por um veículo que tem sede em Guarapari cuja cobertura busca abranger todo o Espírito Santo.

Ou seja, embora os veículos não possuam atuação estritamente local, dois deles, a *TV Guarapari* e o *ES em Foco*, possuem maior alcance no município de Guarapari. Já o *Agência Congresso* não se configura como um veículo da imprensa capixaba. Sendo assim, é possível afirmar que a hipótese se confirmou parcialmente, posto que a demolição do imóvel não foi noticiada pelos jornais capixabas de maior alcance.

Contudo, a análise não permite estabelecer uma razão para tal silenciamento dos veículos a respeito do fato. Uma das possíveis explicações é a compreensão de que se tratou de um evento de importância local, conforme estabelecido na hipótese, mas outras duas possibilidades emergiram da análise.

A primeira é que, diante da ausência de qualquer investigação oficial sobre a possível utilização ilegal do imóvel durante o período da Ditadura Militar, grande parte do que se sabe a respeito do “Casarão de Cláudio Guerra” foi preservado, por meio da tradição oral, pelos moradores de Guarapari. Sendo assim, a memória preservada sobre ele está estritamente conectada ao território e à comunidade a que pertence. Desse modo, o conhecimento sobre o imóvel e, conseqüentemente, sobre sua demolição, pode não ter extravasado os limites territoriais, apesar da campanha travada pela sociedade civil organizada, no ano de 2015, que buscou mobilizar o Poder Público em favor da desapropriação o imóvel e implementação de um centro cultural no local.

A segunda possível explicação para a ausência de noticiamento do acontecimento é que a ausência de uma versão oficial sobre o imóvel exigiria dos veículos de comunicação um grande esforço de investigação na busca por informações críveis e fontes confiáveis. O que pode ter colaborado para que esse fato não fosse noticiado pelos veículos, afinal, como definem Hall *et al.* (1993), as condições de produção jornalística são determinantes para seleção sistemática dos acontecimentos. Além disso, a mídia não produz as notícias de forma autônoma, mas depende de pautas e informações oferecidas por fontes institucionais regulares e consideradas credíveis (Hall *et al.*, 1993).

Partindo para a verificação da segunda hipótese, a análise indicou que apenas uma das quatro matérias analisadas menciona a suspeita manifestada por moradores da região de

que, possivelmente, o imóvel tenha sido utilizado de maneira clandestina pelo aparato repressivo durante o regime militar, a notícia identificada como c. No entanto, conforme foi observado durante a etapa de exploração, o conteúdo não atribui uma fonte para a informação.

Portanto, a interpretação dos resultados da análise apontou que as informações disponibilizadas por veículos da imprensa a respeito do “Casarão de Cláudio Guerra” são insuficientes no sentido de promover uma compreensão acerca da conexão dos fatos localizados no presente com a historicidade humana e a realidade social. Por conseguinte, a análise da cobertura do caso indica que o jornalismo não cumpriu o papel de lugar de memória (Nora, 1993), posto que não colaborou para o registro, fixação e preservação da história ou, por melhor dizer, das histórias, que giram em torno do “Casarão de Cláudio Guerra”.

Considerações finais

O caminho traçado durante o presente artigo, desde a seleção do referencial teórico à escolha metodológica, se deu com a finalidade de responder à questão de investigação: se e como o jornalismo capixaba reporta nos dias atuais acontecimentos relacionados ao período da Ditadura Militar? A partir dos resultados obtidos por meio da análise, é possível afirmar que o objetivo geral do estudo foi cumprido.

Constatou-se, através da análise, que a cobertura jornalística da demolição do “Casarão de Cláudio Guerra” foi escassa, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, uma vez que apenas dois materiais a respeito da demolição foram veiculados, sendo um deles de Brasília e outro – uma nota publicada no Facebook 21 dias após o acontecimento – por um veículo de Guarapari, cuja cobertura busca abranger todo o Espírito Santo. Ou seja, os veículos capixabas de amplo alcance sequer noticiaram o fato.

Contudo, um ponto que merece atenção é que, embora a demolição tenha ocorrido em 2021, o imóvel já havia sido notícia em 2015 e 2018, indicando que ele carregava significações que ultrapassam sua simples existência física. Entretanto, os contextos específicos que motivaram as publicações nesses anos não foram amplamente explorados pelas reportagens identificadas, em especial, a relação da casa com o período da Ditadura Militar, apesar de ser frequentemente associada à figura de Cláudio Guerra – condenado por crimes hediondos durante o regime. Desse modo, a propriedade não parece ter recebido a devida atenção da historiografia local ou do jornalismo capixaba, refletindo um silenciamento que pode estar relacionado a dinâmicas de poder.

Assim, a análise permitiu observar que, no caso específico do “Casarão de Cláudio Guerra”, os veículos locais não se aprofundaram no papel histórico e simbólico do imóvel. Em vez disso, a abordagem jornalística evidenciada foi insuficiente para estabelecer conexões entre o fato ocorrido – a demolição – e a historicidade humana associada a ele. Mesmo que não existam evidências concretas de que o imóvel tenha sido usado oficialmente como centro de detenção clandestino durante a Ditadura, sua relação com Cláudio Guerra torna a ausência de uma cobertura mais robusta, bem como a inexistência de estudos anteriores que explorem a sua contribuição para a historiografia local, uma falha que merece reflexão.

Embora a filosofia de Ricoeur (2007) indique que qualquer reconstituição do passado é sempre incompleta, posto que um único relato é incapaz de abranger as múltiplas dimensões e desdobramentos sobre o que aconteceu (Marcílio, 2018). Os resultados apontam para a necessidade dos veículos da imprensa e dos profissionais do jornalismo capixaba realizarem uma reflexão sobre a própria contribuição para a preservação da memória do período da Ditadura Militar.

Isso porque, conforme verificou-se durante a revisão teórica deste artigo, a produção de memória é parte indissociável da atividade jornalística. Logo, deve-se manter em mente que, ao elencar quais acontecimentos irão para as páginas do jornal e qual enquadramento será dado a ele, o profissional seleciona também quais fragmentos do passado serão lembrados no futuro. Assim, ao escolher preservar o vínculo entre passado e presente, o jornalista contribui para a construção de memória e colabora para que um acontecimento se mantenha vivo na consciência do coletivo (Halbwachs, 2004).

Dessa maneira, o silenciamento da mídia a respeito do acontecimento representa mais do que uma mera escolha editorial. Representa a contribuição do jornalismo para a hegemonia ideológica, mesmo que não de forma conspiratória. Isso porque, como define Marcílio (2018), a memória é um exercício de poder simbólico que não pode ser dissociado dos mecanismos de controle e dominação que alguns grupos conseguem exercer sobre outros. Em outros termos, “definir o que deve ser lembrado e o que precisará ser esquecido envolve uma disputa de registros” (Marcílio, 2018, p. 20). Escolher noticiar o acontecimento e investigar as suspeitas levantadas sobre o uso criminoso do imóvel, por outro lado, significaria utilizar a imprensa em prol da verdade e memória de eventos relacionados à ditadura.

Nos resultados obtidos, é possível observar diferentes aspectos dessa disputa. Enquanto a notícia identificada como c apresenta quem foi Cláudio Guerra, qual foi sua atuação durante o regime militar, e ainda afirma que o imóvel “serviu clandestinamente ao

Dops”; a publicação *d* se restringe a informar que a residência onde Cláudio Guerra “residiu e fez muitos encontros” foi demolida. Em termos jornalísticos, ambas indicam uma apuração superficial, visto que não apresentam as possíveis fontes ou elementos que comprovem a veracidade das informações. Entretanto, em termos discursivos, nota-se que os conteúdos se distinguem radicalmente.

O que se buscou investigar aqui, à luz de teorias da memória e do jornalismo, foi qual tem sido a contribuição de veículos da imprensa capixaba para o registro, fixação e preservação da memória da Ditadura Militar. Com isso, pretende-se contribuir para a compreensão da responsabilidade que os profissionais têm em mãos ao selecionar os fatos que serão noticiados e incentivar uma análise crítica dos valores-notícia que influem sobre essa tomada de decisão.

Referências

BARBOSA, Marialva Carlos; RÊGO, Ana Regina. Imprensa e censura no contexto da ditadura: entre a memória e o esquecimento. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 12, n. 1, p. 72-89, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/13767/0> Acesso em: 18 jan. 2025.

BARBOSA, Marialva. “Jornalistas, senhores da Memória?”. In: Congresso da Intercom, 27, **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 19 ago. 2025.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GOVERNO FEDERAL. **Ex-delegado do Dops é condenado por crimes durante ditadura militar**. Memórias Reveladas, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/ex-delegado-do-dops-e-condenado-por-crimes-durante-ditadura-militar>. Acesso em: 19 ago. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: O 'Mugging' nos Media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2 ed. Lisboa: Vega, 1993, p. 224-248.

HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 123-142.

MARCILIO, Daniel A. P. **Jornalismo e memória: a construção da narrativa de si em edições comemorativas de aniversário no jornal Correio do Povo (1905 – 1975)**. Dissertação (Mestrado em

Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189227>. Acesso em: 19 ago. 2025.

MADUELL, Itala. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v.4, n.1, p. 31-39, 2015. Disponível em: <https://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4007/2352>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **DOI mantém Casa da Morte em Petrópolis**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-mantem-casa-da-morte-em-petropolis>. Acesso em: 19 ago. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 ago. 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RUBERT, Silvania. Para além da “guerra suja”: as revelações de Claudio Guerra. **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 458-463, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013458/2881>. Acesso em: 19 ago. 2025.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

Submissão: 19 set. 2024

Aceite: 21 maio 2025.